

O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA)

The role of the 'Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém' (MMIB) in the search for responsible tourism (ecotourism) to the Isle of Cotijuba, Belém (PA, Brazil)

Eliana Cruz Bezerra Gomes, Bernardino da Costa e Silva Junior, Karolina Moura Nogueira, Eduardo Lima dos Santos Gomes

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo avaliar o importante papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém na busca pelo fomento do turismo comunitário, como forma de desenvolvimento regional sustentável, tendo o ecoturismo como alternativa socioeconômica e ambiental para as comunidades residentes da ilha de Cotijuba. Para isso, utilizou-se de uma metodologia qualitativa, para a revelação de dados que conduzem à compreensão de que esse tipo de turismo é possível, desde que haja a participação e responsabilidade dos atores sociais envolvidos. As evidências encontradas revelaram que a ilha de Cotijuba é detentora de um autêntico potencial turístico, entretanto tem sido prejudicada pela intensa massificação da atividade turística, pela degradação ambiental e pelas mazelas sociais. Nesse sentido, o Movimento preocupado com tal situação, e ainda, apoiado na percepção das reais potencialidades turísticas da ilha acredita que o turismo comunitário possa ser um fator capaz de minimizar tais problemas, fortalecendo as relações de gênero na formação de capital social como instrumental importante no processo de desenvolvimento mais justo e igualitário. Assim, conclui-se que o ecoturismo revela-se como atividade promissora e adequada para a associação pesquisada em função de sua vertente relacionada com as questões sociais e ambientais de modo a promover o bem-estar local, a utilização dos recursos naturais existentes através da organização comunitária e do planejamento participativo.

PALAVRAS-CHAVES: Ecoturismo; Organização Comunitária; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work aimed to the important role of the Women's Movement of the Islands of Belém in search for the promotion of Community tourism, as a regional sustainable development, having the Ecotourism as an alternative socioeconomic and environmental communities Cotijuba Island residents. To do this, used a qualitative methodology, for the revelation of data leading to understanding that tourism is possible as long as there is participation and responsibility of the social actors involved. Found the evidence revealed that the island of Cotijuba has a genuine tourist potential, however, has been suffering with the mass activity, with environmental degradation and social problems. Accordingly, the Movement worried about this situation and realizing the potential tourist Island bet on Community tourism as a factor to be able to minimize such problems, strengthen gender relations in social capital formation as important instrumental in the development process more just and equitable. So, concluded that the ecotourism reveals itself as promising activity and right for the Association searched because of its aspect related to the social and environmental issues in order to promote the local welfare, the use of natural resources through existing community organization and participatory planning.

KEYWORDS: Ecotourism; Community Organization; Sustainability.

Introdução

O fenômeno turístico no mundo contemporâneo é uma das atividades econômicas que mais crescem, principalmente, no setor de serviços. É considerado por muitos autores como alternativa de desenvolvimento socioeconômico para diversos países, devido à sua capacidade de redistribuir renda, captar divisas, gerar novos empregos, promover o desenvolvimento regional e motivar novos investimentos com benefícios sociais. Entretanto, seu desenvolvimento sempre esteve pautado no mesmo molde de qualquer outra atividade humana – o enfoque econômico. Assim sendo, ao mesmo tempo em que pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões, tem potencial para degradar o ambiental natural, as estruturas sociais e a herança dos povos.

Assim, a prática da atividade turística passou a ser repensada seguindo os postulados de desenvolvimento sustentável. Uma vez que, este modelo busca aliar da melhor forma, os métodos de execução de atividades com fins lucrativos que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico e cultural de comunidades, de modo que permita as gerações futuras desfrutarem dos mesmos recursos naturais e culturais, ou pelo menos, de recursos bem próximos aos desfrutados pelas atuais gerações. Nesse sentido, o debate sobre o conceito e aplicação do desenvolvimento sustentável no turismo, leva ao surgimento de inúmeras designações que são introduzidas como alternativas ao turismo convencional. Uma dessas designações diz respeito ao Turismo de Base Comunitária (TBC), um novo modelo de desenvolvimento voltado para a comunidade, visando por meio dela, alcançar harmonia social, eficiência econômica e conservação ambiental na construção de sociedades mais justas e participantes.

Alguns tipos de turismo, tais como o ecoturismo, são um tipo de turismo particularmente apropriado do TBC, já que se propõe ao uso correto do meio físico, visando o crescimento econômico e se opondo a massificação do número de turistas nos locais onde ocorre, tendo como principal característica o envolvimento e o benefício das comunidades receptoras (MELO; SILVA, 2003). Toda essa polissemia de conceitos pode até confundir o real significado dessas vertentes de Turismo, mas não se desvirtua de seus princípios ativos: sustentabilidade econômica, preservação ambiental e desenvolvimento social justo.

Nesta direção, preocupado com a inclusão social e o meio ambiente, o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), a partir de toda (re) orientação teórica absorvida do Turismo através da realização de 2 (dois) projetos de extensão da Faculdade de Turismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará - UFPA, timidamente e isoladamente (re) põe em prática o projeto da Agência Comunitária de Turismo (ACT), a partir do dia 8 de março de 2012, e realiza o roteiro alternativo de experiência denominado “Trilha do MMIB” para turistas que desejam conhecer a trajetória do Movimento em seus projetos socioambientais nas Ilhas de Belém.

A revitalização desta agência surgiu como uma forma alternativa de operacionalizar o Ecoturismo na Ilha, promover o equilíbrio ambiental e gerar renda para os moradores locais a partir de um modelo associativo e cooperativo de gênero. Contudo, as atividades turísticas desenvolvidas pelo MMIB, ainda ocorrem de maneira isolada e restritiva, uma vez que a realidade turística da ilha de Cotijuba é o turismo massivo de final de semana que cresce de forma desordenada e dinâmica, impulsionado pela ausência de política pública de Turismo, bem como de infraestrutura turística precária.

A partir dessa problemática surgiu a necessidade de analisar a iniciativa empreendedora desse grupo de mulheres e suas principais dificuldades e entender por que o ecoturismo ainda não despontou na ilha de Cotijuba através dos roteiros alternativos, visto que esses roteiros apresentados pelo MMIB são únicos na Belém insular. Objetivou-se com esse artigo mostrar o importante papel que essas mulheres exercem na busca pelo desenvolvimento comunitário do turismo, na conservação do meio ambiente e a inclusão social. No intuito de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: i) a pesquisa documental e bibliográfica, sobre os principais temas que abrangem a pesquisa; ii) a observação direta, a qual possibilitou o conhecimento dos projetos e dos roteiros realizados pelo MMIB; iii) e os roteiros de entrevista semiestruturada com uma das coordenadoras do grupo.

Assim, o trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo discute a base introdutória do trabalho, no segundo capítulo, as perspectivas teóricas, no terceiro, a contextualização do objeto de pesquisa, o quarto contém os resultados e discussões sobre a pesquisa a partir do “olhar do Movimento” e o último, as conclusões acerca do assunto. Com esta análise, espera-se contribuir para um melhor entendimento sobre a temática e cooperar de alguma forma no aprimoramento da iniciativa

desse projeto comunitário de turismo, pois se vislumbra no MMIB um real comprometimento com questões que muitas vezes não saem do papel.

O Ecoturismo sob a luz do socioambientalismo

A questão ambiental é um dos temas mais debatidos da atualidade, envolve toda sorte de problemas e discussões em relação às condições socioambientais de áreas urbanizadas ou não. Inclui aspectos relacionados à qualidade de vida, os impactos ambientais sobre as condições climáticas, hidrológicas, geomorfológicas, biogeográficas, em todas as escalas de tempo e espaço. A degradação ambiental que hoje se apresenta é decorrente da ação humana em nome da expansão de suas atividades econômicas, cada vez mais crescentes e variadas, levando o homem, muitas vezes, a transformar “irracionalmente” o meio ambiente, tornando mais complexas e custosas as possibilidades de estruturação do equilíbrio ecológico.

No Brasil, estudos como, por exemplo, de José Augusto de Pádua revelam por meio de textos como de José Bonifácio de Andrade e Silva (Primeiro ministro do Brasil independente, a partir de 1822) e Joaquim Nabuco (Abolicionista, 1849-1910) que a preocupação com a degradação ambiental nasceu nos séculos XVIII e XIX, especialmente entre 1786 e 1888, em reação contra o modelo de exploração colonial, caracterizada pelo latifúndio, pelo escravismo, pela monocultura e a intensa devastação ambiental (SANTILLI, 2005).

Como se vê, os problemas ambientais serviram de alerta para os seres humanos sobre o grave perigo que estavam correndo. Mas, foi somente na segunda metade do século XX que se deu início um movimento global traduzido em inúmeros encontros e conferências, tratados e acordos assinados pelos países, com vistas a minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.

O movimento socioambientalista brasileiro nasceu na segunda metade dos anos 80, a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista, caracterizando-se pela busca do desenvolvimento sustentável não só de ecossistemas, espécies e processos ecológicos, mas também a sustentabilidade social e cultural por meio de políticas públicas sociais. Segundo Santilli (2005, p.34) o socioambientalismo surge com base na ideia de que

as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais conhecedoras e de práticas de manejo sustentável. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental, ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos, como também a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como a justiça social e equidade. Além disso, promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental.

Nesse contexto, o movimento socioambientalista pode encontrar no ecoturismo uma interessante ferramenta para promoção de seus objetivos, pois encontra argumentos em um discurso de desenvolvimento sustentável, conservação dos ambientes visitados, melhoria da qualidade de vida das populações locais e na sensibilização do turista, o que pode levar a formação de uma consciência ambientalista. O ecoturismo também é considerado uma atividade de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através de atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade. Além disso, entre seus princípios, o que mais tem sido evocado é a participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão dos recursos naturais (RODRIGUES, 2003).

Na Amazônia, encontram-se experiências de projetos ecoturísticos promovidos pelas populações tradicionais que vem se caracterizando como um processo diferenciado, no qual, além de uma fonte de renda alternativa, torna-se também uma oportunidade de aprofundamento das relações políticas internas dessas comunidades, sejam essas caboclas, ribeirinhos, de grupo de mulheres, de seringueiros ou indígenas. Esses projetos também são conhecidos como projetos de Turismo de Base Comunitária¹ - TBC. Trata-se de um eixo do turismo centrado no trabalho de comunidades, de grupos solidários, ao invés do individualismo predominante no estilo econômico do eixo tradicional (CORIOLANO, 2006).

Entretanto, para que ocorra o TBC é de suma importância um trabalho de formação crítica da comunidade, pois seu envolvimento desde o processo de planejamento ao processo de ações é necessário para a formulação de metas para se fazer ecoturismo, pois ninguém melhor do que os próprios moradores locais para conhecerem e elaborarem projetos que sejam de acordo com suas necessidades reais. Este é um processo lento e depende da organização social, do poder público e da participação comunitária, para que assim se possa alcançar equidade.

Gênero, desenvolvimento e meio ambiente: o papel das mulheres nos projetos de desenvolvimento

Nos últimos anos a inserção das mulheres em diversas atividades, e a participação delas além dos limites do lar é um dos elementos que marca uma ruptura com o modelo de estrutura social, e tem lhes garantido não apenas o acesso a uma renda fixa, mas também a possibilidade de se tornarem as principais provedoras de seus lares. As transformações globais e as mudanças de comportamento da sociedade, com relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, alteraram o grau de importância do papel da mulher e do poder aquisitivo da família, o que passou a ser visto como uma ameaça ao papel do homem como único provedor.

Neste sentido, pode dizer-se que o acesso à renda pela mulher é um importante indicador de mudança social, e uma variável significativa para determinar os níveis de qualidade de vida familiar, já que as mulheres são as responsáveis pela saúde da família, pela educação dos filhos e por grande parte da compra de patrimônio domés-

tico. Porém, a diferença na importância do trabalho entre os gêneros tem implicações que ultrapassam a esfera doméstica e alcançam outros domínios. Pois, em alguns casos o acesso à renda também está relacionado à ocupação de espaços não apenas na esfera doméstica como na vida política da comunidade.

Elas têm tido maior participação nas reuniões comunitárias, nos projetos de desenvolvimento, e ainda, tomadas de decisão sobre o planejamento familiar e a divisão do orçamento doméstico. Levando assim a saída da esfera doméstica para ocupar espaço na esfera pública, a partir do acesso à informação, o desenvolvimento de habilidades interpessoais e oportunidade de tomada de decisões independentes. No entanto, o trabalho feminino realizado fora da esfera doméstica, mesmo que seja a principal fonte de renda da família, ainda é considerado, por homens e mulheres, como uma atividade de importância secundária, reforçando a existência de um modelo de relações de gênero marcado pela polarização e assimetria entre os gêneros (ALENCAR, 1991).

Como se verifica, o conceito de gênero está relacionado a uma questão cultural e sociológica, construído socialmente, buscando compreender as relações estabelecidas entre homens e mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles. No qual a relação homem e mulher é norteadas pelas diferenças biológicas, que vão sendo moldadas e transformadas, com base naquilo que a sociedade considera próprio para cada um, definindo assim como homens e mulheres devem se comportar, os espaços que irão ocupar, enfim, gerando a partir daí desigualdades que tornam o ser mulher vulnerável em relação ao homem. Melhor dizendo, tornar-se, mulher ou homem dependendo não apenas da fisiologia, mas sim, de assumir papéis e comportamentos sociais diferenciados.

Segundo Sanches (2000), a mulher tem um papel importante na preservação dos direitos culturais e naturais de seu povo, de sua comunidade, pois ela contribui para o ecodesenvolvimento e para uma gestão eficiente de tais recursos, principalmente diante da necessidade dessas comunidades de se auto-sustentar economicamente no cenário local e mundial. Nesse sentido, enxergá-las e reconhecê-las, bem como as suas comunidades e sua história, constitui um desafio para todos e principalmente para o Estado, como forma de consolidação de justiça social para com essas comunidades.

Em todo Brasil encontram-se experiências da participação de mulheres em projetos de desenvolvimento, entre as experiências mais conhecidas destaca-se o exemplo das Mulheres Quebradeiras do Coco Babaçu. Trata-se de um projeto que reúne cerca de 400 mil trabalhadoras rurais, em atividade tradicional feminina implementada principalmente no sul do Pará e Tocantins. Essa atividade vem sendo erradicada em função das políticas de ocupação da Amazônia e da mecanização do processo de produção do óleo babaçu, como forma de garantir sua subsistência, as trabalhadoras engajaram-se num movimento de resistência e vêm obtendo voz ativa no processo de articulação das políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia (CORRAL, 2004).

Assim sendo, a importância do envolvimento da mulher para o desenvolvi-

to do turismo também tem sido expressiva. Sua participação no projeto de ecoturismo lhes deu maior mobilidade e oportunidade de inserção em outras esferas políticas e sociais e lhes permitiu estabelecer as suas próprias redes de relações, além de realizar troca de informações e conhecimentos, construir redes de solidariedade e de segurança. Porém, ainda são pouco conhecidos os efeitos das atividades de ecoturismo sobre a alocação de recursos monetários dentro da família, e sobre a maneira como o acesso à renda pelas mulheres afeta as relações entre as gerações e entre os gêneros. Trata-se de questões relevantes para a análise de uma atividade apresentada como “promotora de bem-estar social” e que geralmente é implementada em áreas rurais onde predomina o modo de produção doméstico (SAHLINS, 2004).

O ecoturismo deve ser visto pela comunidade como uma alternativa de atividade econômica complementar àquelas já realizadas, através de um planejamento participativo, que busque a preservação ambiental e sustentação das populações locais, integrando a atividade turística às outras atividades, tais como: a agricultura, a pesca, o artesanato, a conservação do patrimônio cultural e natural. Por isso, torna-se importante ressaltar a inclusão das mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável, visando à maior participação e contribuição das mulheres para o desenvolvimento comunitário.

A Ilha de Cotijuba: do turismo massivo ao turismo comunitário

A ilha de Cotijuba é detentora de um autêntico potencial turístico caracterizado por suas belezas naturais, pelos hábitos nativos e pela culinária exótica, além de proporcionar um contraditório encontro da tranquilidade com o prazer da aventura. Está localizada ao Norte do Brasil, no 2º fuso à margem direita do estuário do rio Pará, nas coordenadas 48°30'33"W de GREENWICH e 1°15'30"S, sendo a terceira maior ilha, em dimensão do arquipélago belenense. Ela está distante a 33 km de Belém e 9 km do Distrito de Icoaraci.

A partir da Constituição Federal de 1988, que cita em um de seus artigos, que as Ilhas próximas das capitais passaram para o domínio das prefeituras, Cotijuba se integrou definitivamente a Região Metropolitana de Belém. Sendo, inicialmente vinculada ao Distrito de Mosqueiro pela Lei nº. 158/1948, posteriormente a Ilha passou a compor o Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), por meio da Lei nº. 7.682/1995, entretanto, mantendo relações diretas com o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), sob jurisdição da Prefeitura Municipal de Belém (GOMES, 2001).

O acesso à Ilha é feito somente por via fluvial, em embarcações de médio e pequeno porte: o barco da Prefeitura de Belém e os tradicionais “pô-pô-pô”² respectivamente. Partindo do trapiche do Distrito de Icoaraci, a viagem dura cerca de 45 minutos e saindo da Cidade Velha, às margens do Ver-o-Peso³, o percurso leva pouco menos de duas horas, até o Complexo Hidroviário de Cotijuba Antônio Tavernard. Sua área é de, aproximadamente, 60 km², apresentando um litoral com 20 km de extensão, sendo grande parte, praticamente inexplorada. A Ilha é considerada um paraíso por oferecer lindas praias de água doce, além dos lagos e igarapés, entrecortados por

espécies de flora nativa, áreas de várzea e uma grande frequência de falésias, que favorecem o clima quente-úmido local, com uma temperatura média anual de 26°C e umidade relativa superior a 80%.

A riqueza natural e histórica da Ilha sempre atraiu o olhar de muitos curiosos, que com o passar dos anos começaram a deixar suas marcas, em sua maior parte negativas. A incidência acelerada do desmatamento; a venda ilegal de madeira visio-nada pela especulação imobiliária; a poluição deixada pelos visitantes; entre outros fatos, fizeram com que a ilha de Cotijuba se transformasse em uma Área de Proteção Ambiental (APA)⁴ municipal, baseada na Lei n. 9.985⁵, no ano de 1990, com a importante característica da permissão de moradia, aspecto único nas Unidades de Conser-vação (UC)⁶ de uso sustentável. Entretanto, é quase imperceptível a aplicação de al-gumas das normas para sua existência, nem se sabe quem é o responsável em gerir esse critério da Ilha, ou seja, a APA só consta “no papel”, até porque, com 20 anos de existência a mesma ainda não possui seu plano de manejo.

Os visitantes, em números cada vez maiores, trouxeram consigo um cresci-mento, desordenado, tanto de infraestrutura necessária para embasar a nova fonte de geração de renda local, que é o turismo, caracterizado pela presença abusiva de pes-soas, normalmente de classes sociais mais baixas nas praias, principalmente, do Fa-rol, da Saudade, Funda, e na mais famosa, a praia do “Vai-Quem-Quer”, que por ser distante, é um pouco menos frequentada. Ademais das variadas trilhas que seduzem muitos aventureiros a passeios e longas caminhadas, com formação de rodas de con-versa e viola ao redor de fogueiras, que dão um charme todo especial às noites praiei-ras.

Assim, a ilha de Cotijuba é detentora de atrativos inigualáveis, potencialmente geradores de renda e prosperidade, a qual, contudo, necessita de reorganização e planejamento concisos, pois atualmente, o que predomina nesta é o chamado turismo de sol e praia massivo. Contudo, o ecoturismo de base comunitária já vindo sendo pensado e começa a dar seus primeiros passos através do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), trazendo não só turistas paraenses e brasileiros, mas também estrangeiros interessados em desvendar os encantos da região amazônica.

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB): breve histórico de lutas e atuação

O MMIB é uma associação comunitária sem fins lucrativos, com sede na ilha de Cotijuba, que desenvolve projetos de capacitação e inclusão social, não só com mulheres, mas também com homens e jovens a partir de 16 anos, especificamente, das ilhas de Cotijuba, Jutuba, Ilha Nova, Paquetá e Urubuoca. Sua missão é a de pro-mover o desenvolvimento social, cultural e intelectual de mulheres e jovens, bem co-mo, incentivar a conquista da cidadania e viabilizar o acesso às políticas públicas vol-tadas para as mulheres. Tem como principal objetivo apoiar a formação profissional por meio de cursos e oficinas, para o uso sustentável dos recursos naturais, a preser-vação do Patrimônio Histórico e Cultural, o trabalho voluntário e incentivo à participa-ção comunitária.

Legalmente, o Movimento existe desde 06 de setembro de 2002. Contudo, ele apresenta uma trajetória de luta e resistência, com um histórico que teve início em maio de 1998 dentro da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (APIC), nessa associação, as mulheres não tinham voz ativa e suas opiniões não eram levadas em consideração pelos outros integrantes, formado na maioria de homens. Assim, a senhora Antônia Maria Gomes de Lima e sua filha Adriana Gomes de Lima criam o Grupo das Mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba (GM-APIC), contando com a participação de vinte e cinco mulheres da Ilha que trabalhavam na produção de compotas, doces, licores e gêneros agrícolas.

Como associação de mulheres, o grupo conseguiu desenvolver um dos seus primeiros projetos: os Sons da Ilha – oficina de aproveitamento de restos de madeira para a produção de instrumentos musicais – e a Oficina de Papel Artesanal com fibra da folha da bananeira (*Oenocarpus distichus*), com o intuito de capacitar cinquenta jovens. Os dois projetos aconteceram em parceria com a Comunidade Solidária⁷ e o grupo de mulheres era o responsável pelo gerenciamento das oficinas dentro da Ilha. A partir da resposta positiva desses dois projetos executados com os jovens das Ilhas, a busca por aperfeiçoamento só aumentou.

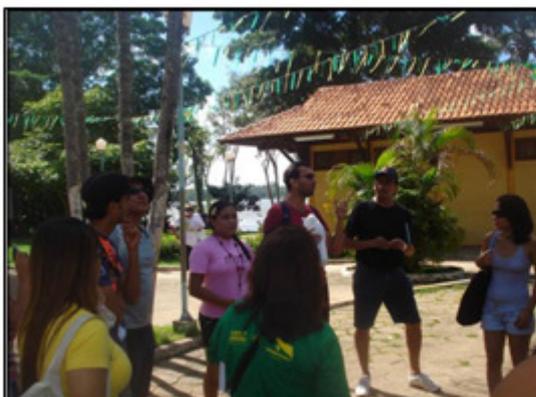


Figura 01: Grupo de visitantes sendo recepcionados por associada do MMIB no trapiche de Cotijuba.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 03: Visita ao plantio de praprioca.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.



Figura 02: Reunião na sede do movimento.
Fonte: <http://guiamebelem.blogspot.com>, 2012.



Figura 04: Sede do Movimento.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Atualmente, o Movimento possui mais de sessenta associados (cf. Figura 2), sendo a maior parte feminina, que participam ativamente do Movimento e contribuem com 10% do lucro de tudo que é produzido pelo grupo⁸. Tal investimento tem a finalidade de saldar as despesas da “Casa do Movimento” (cf. figura 04), como as contas de energia, água, aquisição de materiais de limpeza, etc. O grupo também conta com apoio de inúmeros parceiros como a Organização Não Governamental (ONG) Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), o Instituto Universidade Popular (UNIPOP), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educação do Estado do Pará (FASE/PA) e a Incubadora da UFPA. Além de desenvolver vários projetos tais como: o Plantil da pripioca (*Cyperus articulatus*) comercializada para a Empresa Natura Cosméticos S/A, a cerca de seis anos; o Projeto Escola Ribeirinha de Negócios, promovida em parceria com o Instituto Peabiru⁹, que realiza oficinas de beneficiamento da semente do açaí (*Euterpe oleracea*), do inajá (*Maximiliana maripa*) e do mucajá (*Acrocomia aculeata*) para a produção de bijóias; o Projeto Oi Guia-me Belém, em parceria com a Oi e o Instituto Peabiru, o qual consiste no desenvolvimento de um guia turístico on-line da cidade de Belém, entre outros.

Em relação ao tema do turismo, as primeiras iniciativas realizadas pelo MMIB aconteceram no ano de 2000, com as oficinas de desenvolvimento comunitário para o ecoturismo, agente comunitário de turismo e de técnicas de agenciamento comunitário com apoio da FASE/PA. O objetivo das oficinas era o de sensibilizar e conscientizar a comunidade local para o ecoturismo. De conformidade com uma das coordenadoras do Movimento, o ecoturismo sempre esteve atrelado às propostas do grupo como uma forma de promover a proteção ambiental da Ilha.

Após o término dessas oficinas, o grupo ficou mais confiante, principalmente, com a idéia de um turismo mais participativo e comunitário, surgindo a proposta de criação da Agência Comunitária de Ecoturismo (ACE)¹⁰. A concretização dessa proposta se deu com a divulgação da “Trilha das Quatro Bocas”. A ACE foi inaugurada, de fato, em 09 de julho de 2005, com objetivos de promover uma maior divulgação dos atrativos da Ilha, por meio da participação dos moradores locais, como forma de organização e operacionalização do turismo comunitário.

Entretanto, a agência comunitária não prosperou no ano de sua criação e tampouco nos anos seguintes, uma vez que esta dependia exclusivamente de trabalho voluntário. Mesmo assim, o Movimento não deixou de apostar no ecoturismo e tampouco deixou de desenvolver a atividade através da comercialização esporádica de duas trilhas: a Trilha do Engenho¹¹ e a Trilha das Flores¹². Pelas quais, o grupo vem lutando para consolidar um produto turístico que promova renda e desperte a conscientização ecológica e fortaleça, ainda mais, as atividades desenvolvidas pelo Movimento.

Faz-se necessário ressaltar que a Agência Comunitária foi revitalizada a partir da execução de 2 (dois) projetos de extensão¹³ da Faculdade de Turismo da UFPA. Tais projetos delinearão o formato adequado para a operacionalização e a comercialização do arranjo socioprodutivo do turismo comunitário do MMIB. Nisso, no dia 8 de março de 2012, no Dia Internacional da Mulher, a agência comunitária de turismo rei-

nicia suas atividades através do roteiro “Trilha do MMIB” com o propósito de consolidar o TBC como mais uma atividade produtiva do Movimento.

Resultados e discussões: perspectivas de desenvolvimento social e justo para os moradores da Ilha de Cotijuba através do ecoturismo

O ecoturismo é uma modalidade do turismo que incentiva a prática e gestão participativa das comunidades tradicionais. Configura-se ainda como uma alternativa econômica para os núcleos receptores, devido fomentar novos empreendimentos e fortalecer as atividades econômicas já existentes na comunidade, de forma socialmente responsável e ambientalmente correta, priorizando a geração de postos de trabalho e renda para os residentes locais. Entretanto, desenvolver a atividade não é uma tarefa fácil, uma vez que, para que ela obtenha sucesso, necessita-se de equilíbrio entre os principais atores envolvidos, ou seja, entre o poder público, o setor privado e a comunidade local.

Neste sentido, a abordagem metodológica foi estruturada com o objetivo de revelar o importante papel do MMIB na busca pelo desenvolvimento comunitário do turismo, a conservação do meio ambiente e a inclusão social, além de avaliar e compreender suas experiências e dificuldades como empreendedoras de ecoturismo. O método científico adotado foi a pesquisa qualitativa pelo fato de permitir a compreensão de problemas, estruturas e sistemas sociais, através da análise das causas, condições e frequência de determinadas situações sociais mediante a sua observação sistêmica e controlada (DENCKER, 2003). A observação direta, a entrevista semiestruturada, o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental também fizeram parte do processo metodológico como forma de subsidiar a pesquisa.

No primeiro momento foi realizada a observação direta com o intuito de conhecer a Associação e as principais atividades realizadas pelo Movimento. No que diz respeito ao turismo, verificou-se que atualmente as trilhas desenvolvidas pelo MMIB encontram-se desativadas por diversos fatores, como: na Trilha do Engenho – a ponte de madeira que dá acesso à trilha se encontra danificada, oferecendo pouca segurança aos visitantes; na Trilha das Flores – o fator preponderante foi o cancelamento do projeto de plantio de flores tropicais pelo proprietário do terreno. No entanto, para que a atividade não deixe de ocorrer, tem-se comercializado um roteiro alternativo delineado pelos projetos de extensão (FACTUR, 2011; 2012) denominado de “Trilha do MMIB”, enquanto aguarda-se a resolução desses problemas em tais trilhas.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que o “roteiro alternativo” é elaborado de maneira simples, contendo poucos atrativos em seu programa. O roteiro tem início em frente às ruínas do Educandário Nogueira de Farias, onde uma associada do MMIB recebe os visitantes (Figura 1) e leva-os para conhecer a “Casa do Movimento”, os principais projetos da associação, o artesanato e o galpão de beneficiamento de papel de fibra de bananeira. Logo em seguida o grupo é levado de bondinho – transporte movido à tração de trator - para conhecer o plantio de priprioça (Figura 3) no terreno de outro associado. Saindo do plantio, os visitantes são apanhados pelo

bondinho na Rua Manoel Barata e levados para a praia do Vai-Quem-Quer, onde o almoço é servido no restaurante Dima's que pertence à família de uma associada.

A partir da pesquisa de campo e de entrevista realizada com uma Coordenadora Administrativa do MMIB, notou-se que as principais dificuldades encontradas pelo grupo em desenvolver o ecoturismo na ilha estão ligadas à deficiência de formação de um capital social que assuma o compromisso de gestão da Agência Comunitária de Turismo (ACT). Segundo a coordenadora o que falta para o projeto da agência sair do papel “*são mais pessoas à frente, porque as pessoas que estão lá, já estão acarretadas de serviço. Todo mundo já está trabalhando em algum projeto, alguma coisa*”¹⁴. Neste contexto, compreende-se a necessidade do Movimento em atrair novos colaboradores com algum conhecimento teórico e prático sobre a temática ecoturismo, a fim de dinamizar a atividade e por em prática o projeto da ATC.

A entrevistada, também, salientou a ausência de infraestrutura adequada, principalmente nas trilhas, como outra grande dificuldade enfrentada pelo MMIB, já que, “*as pessoas querem conhecer as trilhas e não apenas fazer uma caminhada que dá em uma plantação*”¹⁵. Além disso, os problemas ambientais como o desmatamento desenfreado causados pela extração ilegal de madeira, as queimadas em função da agricultura e a especulação imobiliária são fatores que vem contribuindo para a perda da biodiversidade da Ilha. Para que essa realidade mude, o poder público deve colaborar, fazendo-se mais presente, providenciando as obras necessárias e fiscalizando a área, visto que se trata de uma APA.

Em relação ao setor privado, o Movimento possui parceria apenas com a agência Estação Gabiraba¹⁶, que eventualmente capta visitantes para a realização deste roteiro. Firmar parcerias com outras agências de turismo torna-se algo difícil para o Movimento, pois as empresas existentes na cidade de Belém não conhecem ou não tem interesse por essa vertente de turismo. Segundo Coriolano (2006) isso ocorre em função do modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais, que objetiva acumular lucros e divisas. Sendo assim, o ecoturismo comunitário praticado pelo MMIB na Ilha de Cotijuba ainda não é percebido pela maior parte dos empresários do setor como forma de angariar tais “lucros”.

O Movimento, também tentou fazer parcerias com os órgãos públicos responsáveis pelo fomento do turismo na região, tais como: a Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém (BELEMTUR) – responsável pela gestão do turismo municipal e, o Órgão Oficial de Turismo do Pará (PARATUR) – que tem como principais competências divulgar o turismo paraense e contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Estado – porém não obtiveram êxito. Segundo a coordenadora, equipes de ambos os órgãos citados “*fizeram a visita nas trilhas, mas nada foi à frente, depois disso, eles sumiram*”¹⁷. Nota-se que tal episódio causou certa frustração na comunidade, já que demonstra a total falta de interesse dos órgãos públicos em questão pela iniciativa desse grupo comunitário.

Mesmo com todas essas dificuldades o roteiro comercializado pelo MMIB é cada vez mais conhecido, seja por meio da Estação Gabiraba, ou intermédio de pessoas que conhecem ou já participaram das trilhas e desejam levar novos visitantes. As-

sim, sua principal forma de divulgação acontece através da chamada propaganda “boca a boca”. De acordo com a associada, o Movimento faz pouca divulgação do roteiro, pois têm consciência que o produto oferecido por elas ainda não está “perfeito”, *“a gente pensa em divulgar mais o roteiro, mas primeiro a gente precisa melhorar a trilha, organizar uma mini agência, precisa organizar muitas coisas antes de chegar à divulgação”*¹⁸. Como se vê, existe a necessidade de investimentos em infraestrutura interna por parte do grupo.

Enquanto isso não acontece, o MMIB mesmo com limitação continua desenvolvendo suas atividades, tentando despertar o interesse da comunidade para a preservação da Ilha, para o Movimento o ecoturismo é um fator capaz de contribuir para o alcance de seus objetivos. Apesar de não haver uma coordenação de turismo comprometida com o desenvolvimento da atividade dentro da associação, os associados buscam mesmo com pouca infraestrutura desenvolver o turismo comunitário através da “Trilha do MMIB”, uma vez que para eles seu papel é o de trazer o conhecimento para as pessoas que moram na Ilha, do potencial que a Ilha tem, do que esta acontecendo. *“[...] lá tem potencial, mas se tu pegas esse potencial e destrói totalmente ele não vai mais ser um potencial, vai ser um problema. Então, o nosso papel é fazer com que as pessoas tenham vontade de trabalhar, explorar e conservar a Ilha através do Turismo”*¹⁹.

É nesta perspectiva que se busca trabalhar com a sensibilização da população local, para que eles possam ter noção de que forma o turismo pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, e de que forma eles próprios contribuem para o crescimento da atividade e desenvolvimento da Ilha. Pois, quando o trabalho é realizado em grupo todos os envolvidos ganham, já que essa participação leva as pessoas a compreenderem que quanto mais o lugar for preservado, mais ele atrairá visitantes, e conseqüentemente, contribuirá para geração de lucros não só para a associação, mas para toda a comunidade local, seja direta ou indiretamente. Desta forma, o grupo vem tentando trabalhar de acordo com os preceitos de desenvolvimento sustentável através do ecoturismo.

Considerações finais

A sociedade atual direciona suas expectativas de desenvolvimento para a tentativa de conseguir a sustentabilidade, assim, percebe-se que as atividades econômicas são responsáveis pela fragmentação socioambiental. E o turismo como indutor de crescimento e desenvolvimento econômico é responsável por mudanças no ambiente. Nisso, urge a necessidade de se ter medidas emergenciais para que esse turismo não seja indutor de exclusão e degradação socioambiental. Dentro desse cenário, de busca pelo desenvolvimento sustentável, o apresenta-se como um dos segmentos do turismo mais próximos de uma responsabilidade com o social e o ambiental sendo capaz de causar um efeito mais positivo na sociedade, gerando resultados otimistas para quem participa dessa cadeia produtiva.

Outro ponto importante a ser destacado é a importância da participação, do en-

volvimento da comunidade nesse processo de desenvolvimento. Irving (2002, p.39) expõe que “a participação é pré-requisito essencial, pois é a própria sociedade que deve identificar suas necessidades”. Fazendo isso, torna-se mais fácil a sua aplicação e a obtenção de bons resultados com as políticas de sustentabilidade, pois o que se propõe é dividir as responsabilidades para se alcançar o equilíbrio socioeconômico e ambiental dentro da sociedade, já que a atividade turística não pode ser desenvolvida isoladamente pela comunidade, porém a comunidade consciente pode ser a base para o desenvolvimento do turismo.

Nesse contexto, as mulheres vêm ocupando um espaço significativo para o desenvolvimento das comunidades, tanto na esfera política como social, pois tanto nas literaturas estudadas, quanto nos resultados obtidos nesta pesquisa, foi possível constatar não só a crescente participação feminina nas tomadas de decisões, mas também como o turismo contribui para a socialização da mulher, visando não somente favorecer a presença delas nos espaços institucionais, como também contribuir para o desenvolvimento econômico e social, na construção de políticas públicas capazes de responder às demandas sociais.

No caso da ilha de Cotijuba, é notável o papel que as mulheres tem tido na contribuição para o desenvolvimento da comunidade, através da inserção de projetos ligados ao desenvolvimento sustentável e ao turismo, onde se verificou que a Ilha possui uma vasta riqueza natural e cultural, tendo desta maneira um grande potencial para a atividade ecoturística. Assim, conforme mencionado anteriormente fica evidente a importância da articulação ampla dos atores sociais para o estabelecimento das condições propícias às atividades turísticas existentes na ilha, a partir das iniciativas do MMIB, promovendo uma sinergia entre as organizações governamentais, as não governamentais e o setor privado, onde juntos possam trabalhar com políticas e ações mais direcionadas. Pois, mesmo para as ações que contam com o apoio do Estado entre outros atores, há a necessidade de que o apoio oferecido às comunidades na forma de extensão se constitua num processo educativo e transformador.

Contudo, para que tal processo de transformação ocorra, a mudança deve partir inicialmente da própria comunidade. No caso do MMIB é de fundamental importância uma (re) organização interna da Associação no que diz respeito à vertente turismo. Pois, a pesquisa evidenciou a necessidade de haver uma coordenação direcionada somente ao setor, a fim de articular a atividade na Ilha, melhorar os roteiros existentes, buscar novas parcerias, estimular o capital social, elaborar novos produtos turísticos, enfim, promover o Ecoturismo em maior escala.

Também se observou que a execução dos 2 (dois) projetos de extensão da Faculdade de Turismo da UFPA instrumentalizou e revitalizou o projeto de TBC do Movimento. Outro ponto observado foi que essas mulheres mesmo sem uma coordenação propriamente turística conseguem construir políticas direcionadas ao desenvolvimento local, porém, elas ainda sentem dificuldade em captar recursos para seus projetos de desenvolvimento. Assim, o turismo comunitário é uma realidade política do MMIB, mas sua implementação depende de um conjunto organizado do setor turístico, desde a divulgação até a comercialização do serviço.

Portanto, conclui-se que as atividades turísticas realizadas por esta Associação têm capacidades de competir no mercado do turismo comunitário brasileiro por ser genuinamente comunitário, principalmente, por se tratar de atividades elaboradas e gerenciadas por mulheres. Ademais, essa realidade é uma das poucas a serem vistas na cidade de Belém, pois apesar de ter uma região insular, esse município ainda não consegue estimular a prática do ecoturismo e tampouco do turismo comunitário, que talvez seja uma discussão aquém da atual política pública municipal de turismo.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, E. Companheiras, Pescadeiras e Perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis (MA) **Dissertação** de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

BEZERRA, E.C.; SANTOS, P.S. Análise da implementação dos roteiros turísticos de base comunitária do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Belém, Pará. Belém: **Trabalho de Conclusão de Curso** de Bacharelado em Turismo, UFPA, 2009.

Cotijuba. Disponível em: <<http://www.cotijuba.com>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

CARVALHO, V. **Turismo Comunitário**. Disponível em: <<http://www.revistaecotur.com.br/novo/home/default.asp?tipo=noticia&id=1759>>. Acesso em: 19 jan.2009.

CORRAL, T. **Agenda 21 de ações das mulheres pela paz e por um planeta saudável**. Disponível em: <<http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:63pw2XkQwxAJ:homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admargs/ThaisCorral.pdf>>. Acesso em: 15 jun. de 2010.

CORRIOLANO, L.N.T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *In*: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais **América Latina: cidade, campo e Turismo**. São Paulo, dez. 2006. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/21coriol.pdf>>. Acesso em: 19jan. 2009.

DENCKER, A. **Método e técnicas de pesquisa em Turismo**. ed. 7ª. São Paulo: Futura, 2003.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, E.L.S. Ilha de Cotijuba e experiência de Ecoturismo comunitário no estuário amazônico. (**Monografia** de Especialização). Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GOMES, E.L.S. Criação de Base Comunitária para o Ecoturismo nas Ilhas de Belém. Belém – PA: FACTUR / ICSA / UFPA, (**Relatório** de atividades), 2011.

GOMES, E.L.S. Agência Comunitária de Ecoturismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém. Belém – PA: FACTUR / ICSA / UFPA, (**Relatório** de atividades), 2012.

IRVING, M.A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

MELO, M.J.C.M.; SILVA, I.D. **Ecoturismo e Gestão Ambiental no Parque Ambiental de Belém**. Belém: UNAMA, 2003.

RODRIGUES, A.B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. *In*: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. (Pg. 29-45).

SACHS, I. **Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAHLINS, M.. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

Notas:

¹ O turismo de base comunitária apresenta-se sendo desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro permanecem na comunidade contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento do Turismo. Além de requerer a participação de toda a comunidade, considera os direitos e deveres individuais e coletivos elaborando um processo de planejamento participativo, (CARVALHO, 2007 apud RIBEIRO, 2008).

² Pô-pô-pô - nome dado aos pequenos barcos a motor que navegam nos rios amazônicos, em alusão onomatopéica ao ruído que fazem. (Fonte: www.wikipedia.org.br).

³ Ver-o-Peso - mercado, que se tornou o maior [ponto turístico](#) da cidade de [Belém](#), situado às margens da [Baía do Guajará](#). (Fonte: www.wikipedia.org.br, 2010).

⁴ APA - são Áreas de Proteção Ambiental com certo grau de ocupação humana e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Fonte: Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, Art. 15.

⁵ A Lei nº. 9.985, estabelece os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. (DIAS, 2007, p. 132).

⁶ Unidades de Conservação (UC) - são os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo às águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (DIAS, 2007, p. 132).

⁷ Comunidade Solidária é uma estratégia de ação para o combate à fome e à miséria proposta pelo Governo Federal, em parceria com os estados e municípios.

⁸ De acordo com uma coordenadora administrativa do MMIB, todo associado deveria pagar uma taxa mensal para manutenção da sede, mas como isso não ocorria decidiu-se criar a taxa de 10% dos lucros. (Fonte: BEZERRA, 2009).

⁹ O instituto Piabiriu é uma organização da sociedade civil, ou seja, uma organização não governamental (ONG) interessada em gerar valores para a conservação da biodiversidade amazônica. (Fonte: <http://www.peabiru.org.br>, 2010).

¹⁰ A Agência Comunitária de Ecoturismo é um projeto adormecimento. Contudo, ainda vigora como meta alcançável, agora com a denominação de “Agência de Turismo Comunitária (ATC)”.

¹¹ A Trilha do Engenho, antiga “Trilha das Quatro Bocas” pode ser considerada o primeiro produto turístico criado pelo MMIB, pois vinha sendo trabalhada desde as oficinas de turismo realizadas em 2000. Fonte: (BEZERRA; SANTOS, 2009).

¹² A Trilha das Flores surgiu em novembro de 2008, por acaso, quando uma equipe de pesquisadores do Instituto Amazônico de Gerenciamento Urbano e Ambiental (IAGUA) esteve na Ilha para fazer o levantamento de roteiros turísticos alternativos para serem realizados durante o período do Fórum Social Mundial (FSM). Os pesquisadores foram levados para conhecer o projeto de plantio de flores tropicas, após conhecerem o projeto sugeriram ao grupo a comercialização desse espaço como um novo roteiro turístico. (BEZERRA; SANTOS, 2009).

¹³ Criação de base comunitária para o ecoturismo nas ilhas de Belém (PORTARIA 09-7/2009 – CA / ICSA) e Agência Comunitária de Ecoturismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (PORTARIA 018 / 2011 – CA / ICSA).

¹⁴ Comunicação verbal de Laís Pimentel, 19 anos, coordenadora administrativa do MMIB, às autoras, em agosto de 2010.

¹⁵ Id.

¹⁶ A Estação Gabiraba é uma operadora de Turismo comprometida com os princípios do ecoturismo de base comunitária e do comércio justo, desenvolve suas ações prioritariamente em áreas de Unidade de Conservação e busca contribuir para uma sociedade mais participativa e solidária (GOMES, 2009).

¹⁷ Informação verbal.

¹⁸ Informação verbal.

¹⁹ Informação verbal.

O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA)

Eliana Cruz Bezerra Gomes: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: eliana_bezerra@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8182695538893409>

Bernardino da Costa e Silva Junior: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: bjufpa@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041377800166678>

Karolina Moura Nogueira: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: karol_moura_nogueira@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4600683588964302>

Eduardo Lima dos Santos Gomes: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil

Email: egomes@ufpa.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4600683588964302>

Data de submissão: 29 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 14 de dezembro de 2012

Data do aceite: 14 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente